



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

**Eixo temático: Serviço Social, relações de exploração/opressão e resistências de gênero, feminismos,
raça/etnia, sexualidades**

Sub-eixo: Relações Patriarcais de gênero, sexualidade, raça e etnia

HISTÓRIAS INDIVIDUAIS E SUAS EXPRESSÕES COLETIVAS
RELATO DE EXPERIÊNCIA DO TRABALHO COM GRUPO EM UM CENTRO DE DEFESA E
CONVIVÊNCIA DA MULHER (CDCM) NA ZONA LESTE DE SÃO PAULO

MICHELLE DIAS DA SILVA¹

RESUMO

Este artigo apresenta um relato de experiência de trabalho em Serviço Social com um grupo de mulheres em um Centro de Defesa e Convivência da Mulher (CDCM) da zona leste de São Paulo. Para tanto, dialoga com produções bibliográficas que versam sobre a relação entre capitalismo, racismo, patriarcado e expressões da violência contra a mulher e a intervenção do assistente social neste âmbito.

Palavras chaves: Violência Doméstica, Serviço Social, Grupo Social, Processo de Consciência.

RESUMEN

Este artículo presenta un relato de experiencia laboral en Trabajo Social con un grupo de mujeres en un Centro de Defensa y Convivencia de la Mujer (CDCM) en la zona leste de São Paulo. Para ello, se dialoga con producciones bibliográficas que abordan la relación entre capitalismo, racismo, patriarcado y las manifestaciones de violencia contra las mujeres, así como la intervención del asistente social en este contexto.

Palabras claves: Violencia Doméstica, Trabajo Social, Grupo Social y Proceso de Conciencia

Introdução

A violência contra a mulher sempre esteve presente na história como instrumento de coerção e perpetuação do poder patriarcal. À título de exemplo, Federici (2019) nos aponta que

¹ Pontifícia Universidade Católica de São Paulo



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

nos séculos XVI e XVII, a Caça às Bruxas, posta em curso pela “Santa Inquisição” da Igreja Católica, nada mais era que uma maneira de controlar e intimidar as mulheres. Essas tinham conhecimento sobre seu corpo e ousavam desafiar os homens com sua sabedoria não convencional, usando a natureza como aliada nos cuidados com a saúde e a terra como espaço fértil de criação. Demarcando assim, uma perspectiva de coletividade, o que naquele momento histórico representava uma ameaça para as oligarquias e, futuramente, para os interesses do capital.

Considero que seja importante pensar como a violência contra a mulher é apropriada pelo capitalismo para sua manutenção e reprodução, apresentando-se como uma estrutura de poder no passado e no presente. Segundo Federici (2019, p. 91), “(...) a nova violência contra as mulheres tem suas raízes nas tendências estruturais constitutivas do desenvolvimento capitalista e do poder estatal em todas as épocas”.

A autora salienta ainda que no momento contemporâneo:

(...) estamos assistindo a uma escalada da violência contra as mulheres, especialmente afrodescendentes e indígenas nativas, porque a “globalização” é um processo político de recolonização destinado a entregar ao capital o controle inquestionável sobre a riqueza do mundo natural e o trabalho humano, e isso não pode ser alcançado sem atacar as mulheres, que são diretamente responsáveis pela reprodução de suas comunidades. Não surpreende que a violência contra as mulheres tenha sido mais intensa naquelas partes do mundo (África subsaariana, América Latina e Sudeste Asiático) mais ricas em recursos naturais e agora mais valorizadas para especulações comerciais, onde a luta anticolonial tem sido mais forte. (FEDERICI, 2019, p.94)

Analisando a realidade da América Latina, particularmente, o Brasil, que teve um regime escravagista de mais de 300 anos, analisar o trabalho reprodutivo não remunerado e a apropriação dos corpos – principalmente das mulheres negras – implica em uma reflexão mais profunda sobre os impactos do capitalismo neste país colonizado. O processo exploração e opressão das mulheres não garantiu apenas a reprodução da vida, fosse com o trabalho doméstico, fosse na geração de filhos, mas também contribuiu decisivamente com a produção de mais valia ao receber menores salários após o fim da escravidão, o intensificou a superexploração da força de trabalho feminina.

Segundo o Atlas da Violência de 2024 houveram cerca de 1.313 feminicídios no domicílio em 2022, os levantamentos mostram que houve uma diminuição no número de feminicídios de mulheres negras. Ainda assim, de acordo com a pesquisa, as mulheres negras têm 1.7 vezes mais chances de serem assassinadas que mulheres não negras. A taxa de feminicídio no Brasil está em 34,5% entre os anos 2012-2022, mesmo com uma queda nos números gerais de mortes,



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

a violência motivada pelo gênero ainda se mantém alta (Atlas da Violência, 2024). “Como indica o Fórum Brasileiro de Segurança Pública, cerca de 70% dos feminicídios identificados pelas polícias civis foram cometidos dentro de casa (FBSP, 2023b *apud* Atlas da Violência, 2024, p.06)”, tendo as mais variadas motivações, como misoginia, machismo e racismo.

O Atlas da Violência demonstra que as violências se expressam de maneira mais intensa nas periferias. O desemprego, o desalento e a mortalidade de jovens pela letalidade policial são marcas que traduzem como a intersecção das relações de poder perpetradas pelo capitalismo, o patriarcado e o racismo são pilares que estruturam a sociedade contemporânea sobretudo na periferia. A feminista negra e periférica Correia (2015), faz apontamentos importantes sobre a violência na zona leste da cidade São Paulo:

Como bem sabemos as “periferias” paulistanas, em especial aquelas no extremo da Zona Leste do Município de São Paulo, são historicamente marcadas por um processo de produção desigual do espaço urbano. Na Zona Leste pode-se notar que o tamanho da desigualdade denuncia a segregação das mulheres pobres e negras, que se tornam as maiores vítimas da falta de moradia, das várias faces da violência, do desrespeito de valores e de direitos. (CORREIA, p.206, 2015).

Considero que esses aspectos são importantes para pensar como a violência contra a mulher está vinculada a outras questões, particularmente, no que se refere à vida de mulheres residentes em bairros periféricos. Elas são as maiores responsáveis pela manutenção de suas famílias. Pesquisa recente realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no 3º trimestre de 2022, mostra que 75 milhões de lares brasileiros são chefiados por mulheres, sendo 21,5 milhões destes lares chefiados por mulheres negras.

Aponto esses dados, pois, a partir desta realidade farei um relato de experiência, com base nas atividades de um grupo de mulheres², que foi desenvolvido pelo Serviço Social de um Centro de Defesa e Convivência da Mulher CDCM³, localizado no extremo leste de São Paulo.

O principal elemento a ser analisado neste artigo são os registros elaborados pelas próprias mulheres referenciadas naquele serviço, através de diários que foram produzidos em

² Os atendimentos dos CDCM's não são apenas direcionados a mulheres cisgeneras, mas é aberto a mulheres transexuais e travestis. Sendo importante destacar que ao longo do artigo quando me referir ao atendimento de mulheres, estou me referindo a todas as mulheres. No grupo social em questão havia apenas mulheres cis.

³ Optei por não mencionar a localização exata e o nome do CDCM que será cenário do relato de experiência. Cabe apontar que cada serviço desenvolve trabalhos distintos com as mulheres, a constituição do quadro de RH é padronizado, mas na cidade de São Paulo não existe uma uniformização dos atendimentos. Sendo a principal orientação ações que promovam a ruptura com a violência e autonomia das mulheres. Neste sentido, o conteúdo descrito neste relato de experiência, está baseado na construção coletiva dos diálogos entre as trabalhadoras desse CDCM e a minha proximidade com os debates da categoria a cerca da ética, do projeto ético político e dos desafios do cotidiano profissional.

encontros mensais durante 2017-2018. Tendo isso em vista, este relato de experiência objetiva apresentar como a construção dos papéis de gênero são apropriados pelo capital, aprofundando as desigualdades, a violência e manifestando-se de maneira perversa na vida dessas mulheres.

1. A luta das mulheres na criação de políticas públicas por Igualdade de gênero no Brasil

No Brasil, a década de 1970 foi marcada por debates acerca do corpo da mulher, sexualidade, direitos sexuais/reprodutivos e direito à vida, pontos significativos para o movimento feminista da época. Dando novos contornos ao debate de gênero, ampliando a visibilidade da situação de violência que as mulheres estavam submetidas.

Estas intensas mobilizações deram origem ao S.O.S Mulher nos anos 1980 - uma das primeiras iniciativas voltadas para o atendimento de mulheres vítimas de violência doméstica no Brasil iniciou-se em São Paulo e, logo, expandiu-se pelo Rio de Janeiro, Minas Gerais e Rio Grande do Sul (FERREIRA, 2017).

Importante destacar que o S.O.S mulher foi uma ação militante de um grupo feminista que, naquele momento histórico, considerou necessária a criação de um espaço para atendimento e acolhimento de mulheres em situação de violência. A organização não era um órgão estatal, gerido pelo poder público, e as mulheres que atuaram nesse projeto eram militantes. O intuito inicial era a politização de suas atendidas em torno dos pontos citados no início, sobretudo questões relacionadas a violência de gênero e suas formas de superação.

Vale destacar que o movimento feminista hegemônico neste período era majoritariamente composto por mulheres brancas, de classe média e o processo de escuta das mulheres, pobres, negras em situação de violência apresentou inúmeros desafios que culminou no encerramento do S.O.S Mulher. A feminista negra, lésbica e estadunidense Audre Lorde, aponta na sua análise sobre o movimento de mulheres nos Estados Unidos os impasses na construção de uma luta feminista ampla, uma vez que as demandas das mulheres negras e trabalhadoras ficam invisibilizadas no âmbito do debate e das lutas, “as mulheres brancas se concentram na opressão que sofrem por serem mulheres e ignoram as diferenças de raça, orientação sexual, classe e idade. Há uma suposta homogeneidade de experiência coberta pela palavra “sororidade” que, de fato, não existe.” (LORDE, 2020, p.143).

As mulheres atendidas buscavam resolver as questões materiais da vida, como a violência que sofriam, a falta de moradia, o desemprego e, diante dessas objetividades, não aderiram às

reflexões feministas da época - tais como a luta pelo direito ao aborto, sexualidade, a questão da ditadura etc.

O distanciamento das pautas das mulheres negras e pobres pode ter dificultado a compreensão e o desenvolvimento dos atendimentos, a violência é um processo intenso e dialético na vida das mulheres, ela se estabelece em espiral, havendo momentos de apaziguamento na relação, seguido de períodos de demasiadas violências. Para além destes fatores, romper com ele requer também condições objetivas (trabalho, moradia, creche), fatores que eram imprescindíveis para analisar os atendimentos que chegavam ao S.O.S Mulher.

Collins e Sirma (2021) tratam disso quando apontam as dificuldades encontradas pelas mulheres negras para ter suas demandas absorvidas pelos movimentos negro e feminista, sendo necessária uma organização própria das mulheres negras, pois no movimento negro o machismo impedia que as pautas de gênero fossem dialogadas a fundo, e no movimento feminista hegemônico a dimensão do racismo não era considerada. “No entanto nenhum movimento resolver adequadamente as questões específicas das mulheres afro-brasileiras, elas criaram um movimento próprio.” (COLLINS e SIRMA, 2021, p.21). “Há CDCM’s na cidade de São Paulo que tem a pauta racial como centralidade nos atendimentos, não tratando apenas da dimensão de gênero, onde a própria constituição da equipe é composta majoritariamente por mulheres negras.

Mesmo diante das limitações concretas deste serviço, ele foi de suma relevância e é considerado o primeiro serviço de atendimento a mulheres vítimas de violência doméstica do Brasil. Essa experiência se tornou um marco na luta pelo enfrentamento da violência doméstica (FERREIRA, 2017). Embora essa experiência tenha sido breve, os apontamentos das profissionais que atuaram naquele espaço e o incentivo à denúncia das irregularidades e inadequações das delegacias comuns e da rede de enfrentamento à violência, praticamente inexistente neste período, contribuíram para o surgimento de serviços públicos específicos para o atendimento dessas mulheres, como a abertura das Delegacias Especiais de Atendimento à Mulher (DEAM) em 1985 e o Centros de Referência de Atendimento à Mulher (CRAM) em 1990 (FERREIRA, 2017).

O primeiro Centro de Referência no Atendimento a Mulheres (CRAM) de São Paulo, a “Casa Eliane de Grammont”, foi inspirado no modelo de atendimento interdisciplinar do S.O.S Mulher. Seu intuito era garantir o atendimento integral, através da escuta, orientação e encaminhamento, além de promover a capacitação de profissionais da rede, ampliando a percepção sobre a importância do trabalho preventivo no combate à violência contra a mulher.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Desde então, os CRAM's têm um papel fundamental no fortalecimento das mulheres e no processo de rompimento com a violência. Sua proposta de atendimento interdisciplinar (psicológico, social, jurídico, de orientação e informação) visa orientar e encaminhar as mulheres, respeitando seu momento e tempo no que diz respeito à denúncia e reconhecimento da situação de violência.

Atualmente, o município de São Paulo conta com vinte e um serviços desta natureza sendo todos de execução indireta, após um processo intenso de terceirização das políticas de atendimento às mulheres na cidade, todos os serviços atualmente são administrados por Organizações Não Governamentais (ONG's) destes serviços seis são Centros de Referência e Cidadania da Mulher (CRCM's) e quinze Centros de Defesa e Convivência da Mulher (CDCM), os quatro primeiros estão sob a gestão da Secretaria Municipal dos Direitos Humanos (SMDH) os outros serviços estão passando por uma transferência gradativa para a SMDH saindo da pasta da Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social (SMADS). No próximo item, pretendo caracterizar como se desenvolve o trabalho social no CDCM's, a partir da minha experiência profissional.

2. O atendimento social com mulheres em situação de violência doméstica no CDCM

Entre 2012 e 2022, atuei como assistente social no Centro de Defesa e Convivência. Ao longo desses anos, minha atuação ancorou-se no processo de articulação com a rede de serviços de enfrentamento à violência contra as mulheres, bem como no desenvolvimento de ações e estratégias destinadas à defesa, proteção e promoção dos direitos das mulheres em situação de violência.

Considerando o processo individual de rompimento com a violência e respeitando as decisões que resultem em avanços ou retrocessos no decorrer do atendimento, o Projeto Ético Político do Serviço Social materializa na ação profissional o valor central previsto no Código de Ética, de 1993, a "liberdade" do sujeito em atendimento para fazer suas escolhas (CFESS, 1993).

Considerando isso, penso o atendimento social a partir de uma abordagem interseccional (Collins e Sirma, 2021) com o objetivo de construir uma compreensão das relações de gênero, raça e classe, apontando a violência de gênero como um fator social que atravessa a vida das mulheres, sobretudo as mulheres negras. Este olhar também possibilita reflexões acerca da construção social dos papéis de gênero, a divisão sexual do trabalho, sexualidade e maternidade,



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

eixos necessários para elaboração de uma concepção que potencialize as mulheres atendidas a questionar suas relações de gênero.

No CDCM em que atuei, os atendimentos ocorriam em dois momentos distintos, todavia complementares: o atendimento individual que visava realizar a escuta, orientação e encaminhamentos de acordo com as situações apresentadas por cada mulher e o atendimento em grupo para a promoção de um diálogo coletivo acerca das relações de gênero, sua construção sociocultural, aspectos religiosos, a constituição de papéis sociais e como esses fatores se interseccionavam e se expressavam na troca de experiências, contribuindo para o processo de percepção da situação de violência, a trajetória de enfrentamento e a ruptura com essa relação.

Além de ampliar o campo de diálogo reflexivo junto às mulheres, entendo que o assistente social nesse contexto interage com a rede local com intuito de viabilizar os encaminhamentos e orientações referente às demandas que surgem durante o atendimento social, como: programas de transferência de renda e/ou benefício eventual de alimentos (cesta básica) junto ao Centro de Referência da Assistência Social (CRAS), atendimentos na rede socioassistencial para ela e seus dependentes, encaminhamento para Unidade Básica de Saúde (UBS), Centro de Atenção Psicossocial (CAPS), agendamento para Benefício de Prestação Continuada (BPC) ou outros serviços prestados pelo INSS, Delegacia Especializada e/ou Comum e Defensoria Pública.

Ao longo dos atendimentos, o assistente social precisa estar atento também a dimensões que nem sempre são evidentes e que precisam de maiores investigações para que se possa transcender o cotidiano, sendo assim elegi o grupo social como espaço privilegiado de contato e vínculo com as mulheres, propulsor de reflexões críticas e através da intervenção metodológica baseada na história oral⁴ pude enriquecer minha produção científica com auxílio das narrativas de todas elas, viabilizando a elaboração deste relato de experiência.

Este projeto de trabalho com grupo social objetivou buscar compreender os caminhos do processo de construção de uma consciência sobre as questões de gênero e suas interseções com outras dimensões subjetivas e sociais. Por essa razão, no item a seguir abordarei algumas reflexões acerca dessa experiência.

Pensar uma ação coletiva ou trabalho em grupo pressupõe a compreensão do processo de consciência das pessoas envolvidas e entender que existe uma percepção de mundo anterior ao processo que está sendo proposto é fundamental para que esta ação seja exitosa e alcance seu

⁴ A história oral, compreendida como um procedimento metodológico interdisciplinar, ou seja, como um caminho para a construção de conhecimento, que abarca tanto uma dimensão teórico-política quanto uma dimensão técnica, tem tido, nas últimas décadas, uma expansão significativa no Brasil. (GUIRALDELI, 2013, P. 153).

objetivo. Olhar as mulheres do grupo social em sua totalidade é uma dimensão importante para o desenvolvimento deste trabalho, apreender através de uma escuta atenta as suas histórias e vivências, contribui para construir um saber sobre como a consciência dos sujeitos é formada pelas relações sociais estabelecidas ao longo da vida.

A incompreensão de que o “processo de consciência” (IASI, 2011) é um movimento e não uma ação dada, leva por vezes profissionais a acreditar que seu trabalho é “conscientizar” a população atendida e não proporcionar ferramentas para que elas possam fazer uma leitura crítica da sociedade, suas leis e políticas. Inverter essa lógica colonizadora faz parte do desafio diário que enfrentamos ao refletir sobre nosso fazer profissional e como o trabalho que realizamos pode ser um marco propulsor no processo de consciência das pessoas atendidas pelos serviços onde atuamos. Mas para isso é necessário compreender que não existem pessoas “sem consciência” necessitando de “conscientização” e sim pessoas em transformação a partir do seu contato com a realidade. (IASI, 2011, p.12).

A construção do grupo social parte do princípio da coletividade e ampliação do diálogo acerca das questões transversais na vida das mulheres participantes, relacionando os fatos que as aproximam, como a violência doméstica, a pobreza, território e demandas urgentes negligenciadas pelo Estado. cabe a assistente social compreender que cada mulher tem uma personalidade, impressa pelas relações constituídas até seu ingresso no grupo, possibilitando assim uma articulação potente de ideias e criação de metodologias que, por sua vez, abrangem as necessidades expressas por elas ao longo de sua vida.

Durante esse processo de troca e construção no grupo, pude perceber que a oralidade era a maior riqueza dessas mulheres, a percepção de mundo apresentada por elas apontava um saber importante para o avanço na consciência dentro de um contexto de solidariedade e apoio mútuo. Essa oralidade pode ser compreendida também como “conhecimento popular” e ilustra reações às mazelas impostas pelo sistema capitalista, desigual e perverso, com uma capacidade transformadora de movimento necessário para elaborarmos as dores e alegrias da ruptura com a violência.

Todavia, penso que seja importante apontar que uma das dimensões do capital é a “exclusão dos saberes”, legitimando um único conhecimento como o socialmente aceito, ignorando as contribuições que o processo organizativo e histórico da classe trabalhadora mais pauperizada possibilitou para alterar o modo como nos posicionamos e agimos.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Segundo Guareschi (2001), a discussão acerca do conhecimento popular é um dos temas mais delicados quando abordamos o processo de exclusão perpetrado pelo capital. Ele afirma que existem dois pressupostos difundidos, sobretudo no meio acadêmico: um é que “(...) o conhecimento espontâneo deve ser purificado de suas irracionalidades ideológicas, religiosas e populares e deve ser substituído pelo conhecimento “científico”. (GUARESCHI, 2001, p. 151); o segundo é “(...) a posição do iluminismo: o conhecimento científico dissipa a ignorância, fantasiada com os erros de um conhecimento não científico, através da educação. Desse modo, seu objetivo é transformar as pessoas numa multidão de cientistas.” (GUARESCHI, 2001, p. 152 In: Bader).

Neste sentido, o grupo também se tornou um espaço de insurgência para as mulheres, onde podemos fazer reflexões críticas a partir das suas vivências, apontando saídas coletivas e acolhendo as dores e privações a qual muitas são submetidas. Possibilitando às participantes uma forma de socialização das ideias e valorização da fala, considerando o processo de consciência individual que avança a partir do contato com outras vivências, igualmente importantes. Nesse contexto, baseio o trabalho desenvolvido no grupo, bem como fundamento o relato de experiência que seguirá nos próximos itens.

3. Relato de experiência: histórias individuais e suas expressões coletivas

Como uma forma insurgente de resistir ao apagamento do saber popular, o grupo social apresenta para as mulheres um espaço de acolhimento, diálogo e politização, onde suas falas são respeitadas, pensadas e ganham significado. Sendo, neste espaço, o momento em que podemos ampliar nosso olhar sobre o mundo, avançar no processo de consciência e enfrentar o desaparecimento das memórias e vivências populares, descritas no relato de cada participante.

Optei pela metodologia de intervenção e registro desse processo com base na história oral e seus mecanismos de valoração e apreensão da realidade a partir da fala. A oralidade das mulheres participantes do grupo forjou momentos diversos de “saída” e apoio para situações singulares, mas que podem ser interpretadas de maneira universal, sendo essa uma das riquezas do trabalho em grupo.

Considero importante descrever o perfil das mulheres que integraram o grupo social, a trajetória e os avanços que foram alcançados a partir da socialização que realizamos. O grupo foi composto por oito mulheres, residentes do bairro no qual está localizado o CDCM, em sua maioria



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

migrantes oriundas da Bahia, Minas Gerais e interior do Estado de São Paulo, com idade entre 30 e 60 anos, com filhos, majoritariamente negras e beneficiárias dos programas de transferência de renda. Essas buscaram atendimento no CDCM em decorrência da violência perpetrada contra elas por seus companheiros.

O grupo teve início em 2012, com encontros mensais. Sua realização se deu após o período severo de congelamento do benefício auxílio aluguel para mulheres em situação de violência em São Paulo. Este espaço se propunha inicialmente a orientá-las sobre as políticas de enfrentamento à violência doméstica, e também a desresponsabilização do Estado na efetivação de ações importantes para prevenção e redução dos crimes cometidos contra as mulheres. Inicialmente, era composto por 12 mulheres, no primeiro ano houve dificuldades na elaboração de registros precisos dos encontros realizados dado que as participantes permaneceram vinculadas ao CDCM em tempos distintos.

A necessidade de sistematização dessas experiências nos levou a pensar em estratégias criativas para registrar o que foi vivido no espaço, uma delas foi a “Colcha de Retalhos” desenhada com base em cada encontro que realizamos entre 2013-2015. Essa metodologia de registro foi pouco exitosa e não foi possível concretizar as ideias que tínhamos pactuado inicialmente, pois não havia neste momento um grupo consolidado de mulheres devido à participação sazonal das atendidas.

Nos últimos quatro anos do grupo, ele se estabeleceu-se de forma sólida com a participação contínua e sistemática das mulheres. O grupo era composto por cinco participantes que estavam vinculadas ao CDCM há mais de três anos. Neste momento uma das propostas era ampliar o grupo, e torna-lo um espaço ainda mais plural, estimulando as participantes a planejar os encontros seguintes. Assim concluímos mais uma etapa da construção coletiva deste espaço, houve a entrada de três novas mulheres e retomamos temas que eram transversais à vida de todas, como as relações de gênero, trabalho doméstico não remunerado e violência.

Em 2018, as mulheres iniciaram a escrita de um “Diário” como veículo facilitador na troca entre elas, neste grupo todas as atendidas são alfabetizadas, por isso foi possível estabelecer essa nova forma de sistematização das reflexões e processos de superação da violência que cada uma, em etapas distintas, desenvolveu. A escolha dessa metodologia de registro teve início após o contato com o livro “Quarto de Despejo: diário de uma favelada”, da escritora Carolina Maria de Jesus, de 1993. Com quem todas as mulheres do grupo identificaram-se e sentiram-se



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

representadas nos relatos, sobretudo no que se refere à fome, uma realidade na vida de quase todas as participantes deste trabalho⁵.

Inspiradas na leitura do livro *Diário de Bitita* (JESUS, 2014), a proposta pensada em conjunto com as mulheres para a segunda fase desse processo no grupo, foi à escrita literária das histórias presentes os diários pessoais. A transcrição dessas histórias em forma de poesia, contos e narrativas unificadas se tornariam um diário coletivo⁶. A publicização dessas histórias, resguardado o sigilo de suas identidades, poderia ser um canal de comunicação com outras mulheres que vivenciavam a violência doméstica, além de ser uma maneira de contribuir com o processo de consciência das pessoas que irão acessar esse diário coletivo. Todavia, a pandemia de COVID – 19 interrompeu nosso processo de escrita, que não foi possível recuperar devido minha saída do CDCM em 2022.

Quando iniciamos o diário uma das mulheres disse que “O maior desafio de uma mulher que sofre violência é olhar para dentro de si, é voltar para dentro de si, pois a violência te tira de “casa”, tira a sua identidade⁷. A criação de um instrumento coletivo como o diário auxilia nesse caminho de volta para casa, esse olhar para dentro, assim como, amplia a narrativa dessas mulheres silenciadas que insurgem e insistem em ser protagonistas da própria vida.

Considero que foi a fase mais desafiadora e emocionante do trabalho desenvolvido no grupo. Proporcionar a essas mulheres a possibilidade não apenas de narrar, mas registrar suas histórias e publicá-las exigiria um esforço coletivo de acreditar e abrir espaço para novas linguagens, uma vez que o diário contou com escritas distintas e para isso na época convidamos uma poetisa que nos ajudou a pensar na forma do diário.

No ano de 2020 a pandemia de COVID-19 trouxe um imenso abismo físico e emocional para nós, ficamos um ano sem nos encontrar, falávamos diariamente por mensagens nas redes. A pandemia nos modificou, mas também fortaleceu nosso grupo, nos aquilombamos e assim foi possível sobreviver ao caos instalado na saúde pública e em várias dimensões da vida social.

⁵ Estelamar Monteiro da Costa (09/11/1960 – 02/12/2020), mulher negra, yaloroxá, diretora da associação “Estrela do Mar”, contadora de histórias do povo negro, escritora e autora do livro “Lápis Preto” (também fez os desenhos que ilustrou sua obra). Ela faleceu vítima de COVID-19 e deixou um grande legado como poetisa, yalorixá e com as mulheres que ela acolheu e incentivou a escrita. Este artigo também é dedicado a essa mulher insurgente, liderança periférica e hoje ancestral.

⁶ Uma parte deste grupo, em 2014 participou de um projeto financiado pelo Programa para a Valorização de Iniciativas Culturais (VAI) – criado em 2003 na cidade de São Paulo - dentro do CDCM e o resultado final foi a publicação de um livro de contos, com ilustrações delas nas páginas que traziam suas histórias.

⁷ Transcrição da fala de uma das participantes que está presente nos meus registros de atividade com o grupo.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Vou apresentar um ensaio literário do nosso livro interrompido (mas não esquecido), o extrato de um diário e como o trabalho em grupo contribuiu para Marília caminhar de volta para casa, para dentro de si.

4. Um exemplo de relato: a história de Marília

A opção pela história oral foi uma maneira de promover a fala e o registro da memória das mulheres integrantes deste grupo. A memória foi um ponto de partida para compreensão dos caminhos percorridos por cada participante, para além das mazelas nas quais estão inseridas, potencializando outros aspectos da vida que não se restringe a situação de violência.

(...) a partir das histórias narradas pelos sujeitos partícipes de um processo investigativo, podem ser traçados inúmeros elementos que circundam as relações sociais, sejam as experiências individuais e coletivas, as trajetórias, tradições, relações familiares, os aspectos econômicos, políticos, sociais, culturais, religiosos, o território, a rede de sociabilidade, pois esses são elementos que tecem a vida em sociedade. Contudo, é importante salientar que as histórias narradas são sempre recortadas, mediante a referência do tempo presente da narrativa. Assim, se reconhece a importância de apreensão das relações sociais sob o prisma da totalidade e do movimento histórico, de forma a não fragmentar a realidade. (GUIRALDELLI, 2013, p. 127).

Proporcionar a essas mulheres a possibilidade de registro das suas memórias e vivências foi a aposta deste novo processo, que só foi possível por compreender que o conhecimento popular é um saber potencialmente transformador.

Destaco uma das histórias partilhadas no grupo e registrada no diário para ilustrar como esse processo de construção coletiva, a partir da oralidade e da escrita, fortaleceu e contribuiu para a ruptura com a violência. Ressalto que os nomes e locais citados são fictícios, visando resguardar o sigilo:

“Marília (43) está no grupo há um ano, chegou do interior da Bahia, há pouco mais de cinco anos após se casar com João (55). Ela o conheceu quando veio visitar a irmã Joana que reside no Lajeado, João frequentava a mesma igreja que Joana e durante a estadia de Marília em São Paulo, ele fez algumas visitas com o círculo de orações. Antes de ir embora, trocaram contato e começaram a se comunicar por telefone, tempos depois começaram a namorar e menos de um ano decidiram se casar e ela saiu da casa dos pais, chegou em São Paulo e meses após o casamento sofreu a primeira agressão verbal, agressões que se estenderam ao longo dos anos.

Marília chegou ao CDCM por orientação da Unidade Básica de Saúde (UBS), estava aflita, confusa e sem forças para fazer ações que a levassem à ruptura da situação de violência, ela é

religiosa os dogmas e doutrinas da sua igreja a impediam também de buscar saídas, como ela mesmo verbalizou algumas vezes “o que Deus uniu, o homem não separa”.

Inicialmente ela esteve em atendimento individual no serviço social, mas compreendi que seria importante sua socialização no grupo, ela foi acolhida pelas demais participantes e pode falar sobre suas vivências no interior da Bahia, como foi sua infância e adolescência e como a violência patriarcal sempre esteve presente na vida da sua família.

Em julho de 2020 Marília retornou para o interior da Bahia com a mãe, deixou uma carta para mim contanto como foi importante nossos diálogos e que agora ela era uma escritora, seguiria escrevendo sua história onde nasceu e sempre quis voltar”

A partir da socialização com as outras mulheres do grupo, Marília compartilhou seu cotidiano, como foram os primeiros anos em São Paulo e porque demorou tanto tempo para buscar ajuda. Nesse processo houve uma troca de experiências e uma questão singular ganhou uma dimensão universal, por representar uma situação transversal à vida de todas naquele espaço. Marília passou a escrever no diário suas vivências e o que ouvia no grupo, trouxe nos últimos meses que graças à escuta e orientação que teve das companheiras conseguiu mudar seu comportamento em relação a João, refletindo os resultados de uma interação e avanço no processo de consciência.

Relatou com alegria que havia conseguido a permissão da igreja onde congregava para se separar e tem manifestado o desejo de retornar para Bahia, falando com muito carinho da vida que vivia com seus pais e demais familiares, agradece o apoio recebido do serviço e das participantes do grupo social, pois muitas são evangélicas também e ouvi-las foi importante para sua decisão.

Por fim, este espaço de consciência individual e coletiva possibilitou a criação de um material rico e necessário no combate e na luta pelo fim da violência doméstica, elaborado por mulheres comuns, sem o rigor acadêmico, mas com a expertise de quem enfrenta as mazelas deste sistema explorador, racista e patriarcal com as armas forjadas na realidade de cada uma, armas imprescindíveis para uma resistência universal e insurgência necessária.

5. Considerações finais

Este relato de experiência, partindo da minha atuação no âmbito de CDCM, pretendeu apresentar metodologias de trabalho com base na oralidade e escrita criativa que promoveram o



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

conhecimento popular como instrumento de luta e enfrentamento do processo de violência doméstica, apontando o processo de consciência como fundamental para as transformações individuais e coletivas, bem como o fortalecimento de espaços comunitários de solidariedade entre as mulheres.

O grupo auxiliou na promoção do debate acerca da ausência do Estado na efetivação e elaboração de políticas públicas de combate à violência contra a mulher, materializando sua desresponsabilização e denunciando um sistema falido como o capitalismo se apropria das nossas vidas, trabalho e subjetividades para sua manutenção, apontando como a atual conjuntura marcada por retrocessos e violações de direitos humanos, está atingindo diretamente a vida das mulheres negras e mais pobres.

Embora não sendo mais trabalhadora do CDCM ainda mantenho um vínculo com essas mulheres que hoje se organizam para lutar por políticas públicas no bairro, estão produzindo uma horta comunitária que no período da pandemia evitou que elas e tantas outras mulheres sucumbisse de fome, por este motivo acredito no processo de consciência coletiva, na luta das mulheres e na escrevivência (Evaristo, 2016) que faz a voz de cada uma acoar e romper as barreiras do silenciamento, vozes insurgentes como a de nossos ancestrais.

REFERÊNCIAS

BARROCO, Maria Lucia Silva (org.). *Código de Ética do/a Assistente Social (comentado)*. Conselho Federal de Serviço Social (CFESS). São Paulo: Cortez, 2012.

BRASIL. Decreto n. 1.973, de 1 de agosto de 1996. Convenção Interamericana para prevenir, punir e erradicar a violência contra a mulher, concluída em Belém do Pará. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1996/D1973.htm. Acesso em: 14 ago. 2024.

BRASIL. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. *Norma técnica de Uniformização – Centros de Referência no Atendimento de Mulheres em Situação de Violência*. Brasília, 2006.

Disponível em:

<http://www.observatoriodegenero.gov.br/menu/publicacoes/outros-artigos-e-publicacoes/norma-tecnica-de-uniformizacao-centros-de-referencia-de-atendimento-a-mulher-em-situacao-de-violencia>.

Acesso em: 14 ago. 2024.

CORREIA, Ana Paula de Santana. *Mulheres da periferia em movimento: um estudo sobre outras trajetórias do feminismo*. Dissertação (Mestrado) - Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), Guarulhos, 2015.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

COLLINS, Patricia Hill; BIRGE, Sirma; tradução: Rane Souza. *Interseccionalidade*. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2021.

DIEESE. *Boletim Especial 8 de Março dia da Mulher – 2023*. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/boletimespecial/2023/mulheres2023.pdf>. Acesso em: 18 ago. 2024.

EVARISTO, Conceição. *Insubmissas Lágrimas de Mulher*. 1. ed. Rio de Janeiro: Malê, 2016.

FEDERICI, Sílvia. *Mulheres e Caça às Bruxas: da Idade Média aos dias atuais*. Tradução: Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2019.

FEDERICI, Sílvia. *O ponto zero da revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista*. Tradução: Coletivo Sycorax. São Paulo: Elefante, 2019.

FERREIRA, Flávia. Notas sobre Eliane de Grammont e SOS Mulher e a luta contra a violência contra a mulher no Brasil. *Esquerda Diário*, 10 mar. 2017. Disponível em: <http://www.esquerdadiario.com.br/Notas-sobre-Eliane-de-Grammont-SOS-Mulher-e-a-luta-a-contra-a-violencia-a-mulher-no-Brasil-dos-anos>. Acesso em: 14 ago. 2024.

GUIRALDELI, Reginaldo. O enfoque metodológico da história oral na pesquisa em Serviço Social. Disponível em: <file:///C:/Users/User/Documents/P%C3%93S%20SA%C3%9ADE%20MENTAL/Dialnet-OEnfoqueMetodologicoDaHistoriaOralNaPesquisaEmServ-5002008.pdf>. Acesso em: 05 ago. 2024.

IASI, Mauro Luis. *Ensaio sobre consciência e emancipação*. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

JESUS, Carolina Maria de. *Diário de Bitita*. 1. ed. São Paulo: Serviço Social das Indústrias – SESI, 2014.

JESUS, Carolina Maria de. *Quarto de Despejo: Diário de uma favelada*. São Paulo: Ática, 1993.

LORDE, Audre. *Irmãs Outsider: ensaios e conferências*. Belo Horizonte: Autêntica, 2020.

SANTANA, Bianca (org.). *Vozes insurgentes de mulheres negras*. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2019.

SAWAIA, Bader. *As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

SÃO PAULO, Centros de Referência e Cidadania da Mulher. Disponível em: https://capital.sp.gov.br/web/direitos_humanos/w/mulheres/equipamentos/271105. Acesso em: 18 ago. 2024.

SCHRAIBER, Lilia Blima; D'OLIVEIRA, Ana F. P. L. et al. Assistência a mulheres em situação de violência: da trama de serviços à rede intersetorial. *Athenea digital*, 2012. Disponível em:



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

<https://atheneadigital.net/article/view/v12-n3-schraiber-pires-hanada-et-al/1110-pdf-pt>. Acesso em:
10 ago. 2024.

SOUZA, José Carlos; SILVA, Maria Clara. *Atlas da Violência 2024*. Brasília: Instituto de Pesquisa
Econômica Aplicada (IPEA), 2024. Disponível em:
<https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/publicacoes>. Acesso em: 18 ago. 2024.